



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM PROGRESSO

Av. Castelo Branco, 685 - CEP 98575-000

Fone/fax 55.3528.6102 - 3528.6104

licitacoes@bomprogresso.rs.gov.br licitacoes.bp@bol.com.br

Contrato nº 17/2017

Constitui objeto da licitação que gerou o presente instrumento a aquisição de um Enleirador de Pedras para uso da secretaria municipal de Agricultura e Meio Ambiente, conforme especificações constantes do Termo de Referência, **PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 030/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2017.**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM PROGRESSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Castelo Branco, nº 685, inscrito no CNPJ sob nº 94.726.353/0001-17, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **ARMINDO DAVID HEINLE**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 087.449.630-68, portador da Identidade nº 5023466625, residente e domiciliado neste Município de Bom Progresso/RS.

CONTRATADA: **ATUATI, ATUATI E CIA LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ nº 01.435.215/0001-06, com sede na Rua Jose Schmitt nº 1585, centro, na cidade de São Martinho/RS, neste ato representado por seu proprietário Sr. **ADELINO JOSÉ ATUATI**, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF 285.205.800-68, residente e domiciliado na Rua Jose Schmitt nº 1585, centro, na cidade de São Martinho/RS

CLÁUSULA PRIMEIRA: Do vínculo com licitação e objeto:

O presente contrato vincula-se ao Edital de Pregão Presencial nº 009/2017, Processo Licitatório nº 030/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA: Da descrição dos itens objetos do presente contrato

A Contratada obriga-se a fornecer os Itens que lhe foram adjudicados e homologados no processo licitatório, modalidade Pregão Presencial, conforme segue:

ITEM 01: Enleirador de pedras, com largura de trabalho com no mínimo de 2,40 metros equipado com 17 (dezessete) pés, tendo cada pé a altura de 770mm (setecentos e setenta milímetros), as garras dos pés com 37mm (trinta e sete milímetros) de espessura e com 100mm (cem milímetros) de largura e acoplamento com engate de três pontos.

CLÁUSULA TERCEIRA: Do valor

O valor ajustado para o presente contrato é de **R\$ 4.400,00** (Quatro mil e Quatrocentos reais), com base na Ata do Pregão Presencial, após ofertas de lances.

CLÁUSULA QUARTA: Da entrega

A empresa vencedora deverá fornecer o objeto no prazo de 30(trinta) dias a contar do recebimento da Nota de Empenho. Sendo a entrega efetuado na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA QUINTA: Do pagamento

O pagamento será efetuado 10(dez) dias após entrega do equipamento, mediante atestado de recebimento e conferência dos fiscais de contrato, além de emissão de documento fiscal.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM PROGRESSO

Av. Castelo Branco, 685 - CEP 98575-000
Fone/fax 55.3528.6102 - 3528.6104

licitacoes@bomprogresso.rs.gov.br licitacoes.bp@bol.com.br

CLÁUSULA SEXTA: Da vigência e da fiscalização do contrato

O presente contrato terá vigência até 30.09.17. A fiscalização do contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente juntamente a Secretaria de Projetos e Planejamento, através dos Secretários servidores indicados.

CLÁUSULA SÉTIMA: Recursos orçamentários

As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Edital correrão às expensas das seguintes dotações orçamentárias.

ÓRGÃO: 06 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
UNIDADE: 01 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
PROJ./ATIV. 1079 PATRULHA AGRÍCOLA CONTRATO 1012.310.70/2013
4.4.90.52.00.- EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA OITAVA: Normas legais incidentes sobre o contrato

Lei 8.666/93 e alterações posteriores, aceitas incondicionalmente pelos contratantes como eficaz para os termos deste contrato, a que se sujeitam, bem como para solucionar eventuais dúvidas em relação ao mesmo.

CLÁUSULA NONA: Responsabilidades do contratado

A empresa Contratada se compromete a executar o contrato de acordo com as disposições do Edital e em conformidade com as cláusulas constantes neste instrumento, bem como a manter, durante toda sua vigência, em compatibilidade com as obrigações aqui assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA: Das sanções administrativas:

§ 1º Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa contraditório, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores as seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito, quando a CONTRATADA praticar pequenas irregularidades; sendo que a penalidade de advertência poderá ser cumulada com a penalidade de multa.
- b) 20% (vinte por cento) do valor total da contratação caso haja atraso superior a cinco dias na execução do contrato, configurando-se a inexecução parcial do contrato. Em caso de atraso superior a dez dias, configurar-se-á inexecução total.
- c) 20% (vinte por cento) do valor total da contratação no caso da empresa não entregar todos os itens no prazo estipulado no edital, após cinco dias de atraso na execução do contrato.
- d) Nos casos em que a empresa entregar os itens faltantes em prazo superior ao estipulado no edital, após a tolerância de cinco dias, também incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação.
- e) as multas a que se referem os itens acima incidem sobre o valor total da contratação e poderão ser descontada de Faturas ou créditos existentes ou recolhida em até 5 (cinco) dias úteis na Tesouraria da Prefeitura Municipal, contados da ciência da empresa por carta registrada ou recebimento do e-mail, sob pena de inscrição em dívida ativa, depois de esgotados os recursos administrativos, respeitada a ampla defesa, caso o débito não



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM PROGRESSO

Av. Castelo Branco, 685 - CEP 98575-000

Fone/fax 55.3528.6102 - 3528.6104

licitacoes@bomprogresso.rs.gov.br licitacoes.bp@bol.com.br

seja quitado no prazo de sessenta dias;

f) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos, caso haja inexecução parcial do contrato e pelo prazo de 5 (cinco) anos, se houver inexecução total;

g) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

h) Pela inadequabilidade do(s) objeto(s) ou produto(s) entregue o fornecedor dos objetos sujeitar-se-á a multa de 10% (dez por cento) do valor dos objetos entregues inadequadamente.

i) Pela inexecução total do contrato ou por infração de qualquer outra cláusula contratual não prevista nos subitens anteriores, será aplicada multa de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total contratado, comutável com as demais sanções, inclusive rescisão contratual se for o caso.

§2º As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo de forma injustificada.

§3º Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da LICITANTE ou CONTRATADA, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93, observados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade, por decisão motivada e fundamentada em processo administrativo.

§4º As penalidades serão registradas no cadastro da CONTRATADA, quando for o caso.

§5º Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§6º Para fins do cálculo do valor da multa, os valores serão atualizados, de acordo com o INPC/IBGE, ou índice oficial, que venha a substituí-lo.

§7º Esgotados todos os recursos, depois de notificado CONTRATADA para o pagamento da multa, fica esta ciente que incidirão sobre o débito juros legais e correção monetária pelo INPC/IBGE até a quitação definitiva, sendo que após o prazo de sessenta dias, o valor devido será inscrito como dívida ativa municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA – PRIMEIRA: Rescisão contratual

O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses e na conformidade dos arts. 77, 78 e 79 da Lei 8.666/93 e em conformidade com o Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA – SEGUNDA: Foro

As partes elegem o Foro de Três Passos/RS, para dirimir quaisquer dúvidas emergentes do presente, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato em três vias de igual forma e teor, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos da Lei.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM PROGRESSO

Av. Castelo Branco, 685 - CEP 98575-000

Fone/fax 55.3528.6102 - 3528.6104

licitacoes@bomprogresso.rs.gov.br licitacoes.bp@bol.com.br

Bom Progresso/RS., 03 de julho de 2017.

Contratante

Município de Bom Progresso
Armindo David Heinle
Prefeito Municipal

Contratado:

ATUATI, ATUATI E CIA LDTA - EPP

Jurídico: _____

Testemunhas: _____